

Câmara Municipal de Penaforte

Ofício nº 019/2021

Assunto: informação sobre disposições legais e solicitação de informações

Penaforte – CE, 08 de março de 2021.

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DR. RAFAEL FERREIRA ÂNGELO – PREFEITO DO MUNICÍPIO DE
PENAFORTE – CEARÁ

Excelentíssimo senhor,

Considerando o profundo respeito que esta Casa tem para com a INDEPENDÊNCIA e a HARMONIA dos Poderes Constituídos, nos termos do art. 2º da nossa Carta Magna, que informa: "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário";

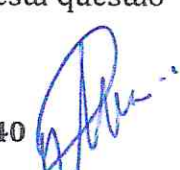
Considerando os princípios da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa, essenciais para a democracia e para o bom funcionamento das instituições;

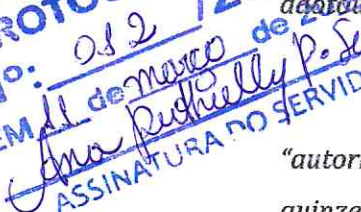
Considerando o sistema de freios e contrapesos que o nosso ordenamento jurídico adotou como forma de assegurar um melhor funcionamento do Estado;

Considerando as funções típicas e atípicas do Poder Legislativo;

Considerando que a nossa Lei Orgânica determina competir à Câmara Municipal "autorizar o prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do Município por mais de quinze dias" (art. 9º, VI);

Por meio deste, a Câmara Municipal de Penaforte, dentro das suas atribuições legais e constitucionais, vem solicitar esclarecimentos e informar disposições legais referentes a esta questão específica, nos termos da legislação municipal.



GOVERNO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFORTE
PROTOCOLO ÚNICO
Nº: 012 / 2021
EM 11 de março de 2021
ASSINATURA DO SERVIDOR




ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CNPJ: 03.089.383/0001-04

Câmara Municipal de Penaforte

Proced. Adm. 011 2021

Página: 012

Resp. [assinatura]

Câmara Municipal de Penaforte

Assim sendo, informamos ao excelentíssimo senhor Prefeito que a nossa Lei Orgânica do Município traz as seguintes vedações em seu art. 52:

Art. 52. O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda do cargo:

I - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível ad nutum, nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude do concurso público;

III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que sejam interessadas quaisquer das entidades já referidas;

V - ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Portanto, como nos é imposto pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 31 ("a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal"), a Câmara Municipal de Penaforte vem respeitosamente **REQUERER esclarecimentos sobre a suposta alegação de que o Vossa Excelência estaria exercendo função em desacordo com o art. 52 supracitado ou se ausentado da Cidade por mais de 15 dias** (em anexo, cópia de ofício do Ministério Público do Estado do Ceará que nos traz a informação).

Obviamente, todos os princípios constitucionais serão respeitados pela Casa Legislativa, desde já esclarecendo que a prestação das informações neste caso específico se torna obrigatória por mandamento constitucional e legal.

Sendo tudo para o momento, apresentamos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

[Assinatura]
Petrúcio Muniz Ferreira
Presidente da Câmara Municipal

Exmo Sr. Prefeito de Penaforte,
Rafael Ferreira Ângelo